

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Sílvia de Souza Batista

IMPRIMINDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICA
DA ESCOLA

Porto Alegre
2015

Sílvia de Souza Batista

Imprimindo a Educação Infantil no Projeto Político Pedagógico da Escola

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido no âmbito da Sala Ambiente Projeto Vivencial, do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor(a): Isabel Medeiros

Porto Alegre

2015

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta a análise de ações do Projeto de Intervenção (PI) realizado em uma escola pública, o qual foi o eixo da Sala Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Ministério da Educação. O trabalho de conclusão teve como foco o processo de elaboração democrática da proposta pedagógica da educação infantil, numa escola da rede pública de educação do município de Alvorada. Desejou mostrar as etapas de elaboração, a forma como se estabeleceu o diálogo entre a comunidade e a instituição na busca de aliar o desejo ao previsto na legislação. Esse processo contou com o amparo de diversas leituras de autores conhecidos que tratam dos temas abordados ao longo desta elaboração. Entre eles, podemos citar Gadoti, 2001; Costa 2001; Salles, 2012; Friedmann, 2012; Nista-Piccolo, 2012; Hoffmann, 2001; além da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Durante a elaboração da proposta pedagógica, fez-se uso da metodologia da Pesquisa Ação, que prevê a participação do pesquisador como agente da pesquisa, oportunizando que este interaja e participe da transformação da realidade. O desenvolvimento do trabalho contou com vários momentos de encontro entre todos os segmentos da comunidade escolar, muito diálogo, escuta e estudo. Entre os desafios encontrados, o que mais marcou este processo foi a condição de reunir as pessoas envolvidas visto que pais, professores e funcionários, por vezes, não conseguiram conciliar seus compromissos pessoais e profissionais de modo que oportunizasse a presença de todos nos encontros promovidos pela equipe gestora da escola.

Palavras Chaves: Gestão democrática. Proposta Pedagógica. Educação Infantil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Gestão Democrática	
2.2 Projeto Político Pedagógico	
2.3 Direito à Educação	
2.4 Educação Infantil	
3. METODOLOGIA	18
4. AÇÕES ANALISADAS	21
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	24
6. REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso traz a descrição analítica da implementação das ações previstas no Projeto de Intervenção proposto como atividade central da Sala Projeto Vivencial do curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Ministério da Educação.

Ao longo deste trabalho, o leitor terá contato com um grande movimento democrático que envolveu a atualização do Projeto Político Pedagógica da escola (PPP), com a inclusão da modalidade da Educação Infantil neste documento, além da elaboração da sua Proposta Pedagógica.

Foi um processo marcado por muito diálogo, escuta, dúvidas e estudos, que envolveu pais, alunos, professores, funcionários e a equipe gestora. Estudos mediados por leituras que levaram aos envolvidos o amparo necessário aos desejos que visavam oferecer uma educação de qualidade àqueles que, pela primeira vez, têm contato com o ambiente escolar: os alunos da educação infantil. Entre as leituras mais significativas, pode-se destacar Gadoti, 2001; Costa 2001; Salles, 2012; Friedmann, 2012; Nista-Piccolo, 2012; Hoffmann, 2001; além da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Resoluções do Conselho Nacional de Educação, entre outros.

Todo o movimento que, além de democrático, foi pedagógico se deu na escola que se localiza no bairro Pindorama, em Alvorada. O local foi criado em 21 de novembro de 1962, através do decreto Municipal número 338/62. Desde então, atende crianças de 1º ao 5º ano e, há três anos, passou a atender alunos de Educação Infantil, sendo sua mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Alvorada.

A comunidade que frequenta a escola, em grande parte, reside em seus arredores e, por esta razão, é uma comunidade com grandes vínculos sociais, que se estabeleceram ao longo da convivência dentro e fora da escola. Com muitos em situação de vulnerabilidade econômica, se constitui de famílias trabalhadoras com casos de pai e mãe que trabalham fora de casa, assim como famílias que vivem de emprego informal e, em outros casos, encontram-se desempregados. É uma comunidade bastante presente na escola, mobilizando-se em ações em prol de sua melhoria.

É uma escola pequena que, atualmente, atende por volta de 470 alunos, conhecidos pelo seu nome, assim como sua família. A equipe gestora, que é formada pela diretora, duas vice-diretoras e uma orientadora, conta ainda com um grupo docente de 30 professores e 8 funcionárias.

Nossa escola esteve envolvida na atualização do PPP no final do ano de 2013, por solicitação da mantenedora, devido às mudanças na lei sobre a progressão continuada do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Na ocasião, sentiu-se a necessidade de atualizar a temática que se referia à frequência escolar, já que implicava na progressão continuada. Esses ajustes foram realizados somente pela equipe diretiva, devido ao tempo hábil para sua atualização e envio para a secretaria de educação.

Atualmente e também por influência do curso Escola de Gestores, fez-se necessária a atualização de outras informações que mudaram com a rotina da escola e, por consequência, modificaram sua identidade. Porém, nosso desejo foi fomentar a ação coletiva que movimenta o fazer pedagógico da escola e que se reflete no cotidiano da comunidade. Assim, desejava-se saber o que, pais e professores que estão inseridos neste contexto esperavam da escola.

Desta forma, o foco do Trabalho de Conclusão de Curso foi a atualização do PPP, inserindo um novo tema que lentamente foi ganhando espaço dentro da escola, e trazendo uma motivação extra às famílias e aos professores,: a inserção da Educação Infantil com alunos a partir dos 5 anos de idade.

Sendo assim, este tema estará sendo desenvolvido tendo em vista a necessidade de atualizar o Projeto Político Pedagógico, com a inserção da modalidade da Educação Infantil, que já vem atendendo alunos de 5 anos de idade ao longo dos últimos três anos, tendo como objetivo central construir a proposta pedagógica da Educação Infantil da escola.

Dentro do que foi apresentado até aqui, este relatório traz em suas páginas a experiência de que é possível praticar a democracia, mostrando que as diferenças geram riquezas e que desejos tornam-se realidade.

A sessão seguinte apresentará o embasamento teórico que serviu de alicerce para as discussões acerca dos seguintes temas: Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico, Direito à Educação e Educação Infantil, que estão intimamente ligados e relacionados com nosso foco principal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste referencial teórico, encontraremos o suporte necessário para embasar nosso desejo de, a partir de uma ação coletiva, desenvolver a proposta pedagógica da Educação Infantil da nossa escola, sendo este o objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido como atividade central da Sala Projeto Vivencial do curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Ministério da Educação.

Também serão desenvolvidas temáticas que se referem à Gestão democrática, por acreditarmos na riqueza dos resultados do trabalho coletivo; Projeto Político Pedagógico (PPP), pois nosso foco principal foi incluir a Educação Infantil neste documento; Direito à Educação, sendo este garantido por lei e, um direito nato a todos os cidadãos brasileiros.

2.1 Gestão Democrática

Partindo da ideia de Bordenave (1994, p.8) em que diz que “democracia é um estado de participação”, a gestão democrática se estabelece quando há a colaboração de pais, alunos, professores e funcionários, além da equipe gestora, para o alcance de objetivos transformadores para a sua comunidade. O alcance destes objetivos vincula-se à autonomia necessária para o desempenho do trabalho coletivo, organizado nas escolas que promovem uma gestão democrática pautada na busca de um trabalho qualificado.

O desafio está em despertar essas ideias em sua comunidade, agindo desde os primeiros anos de escolarização no imaginário social, vislumbrando uma sociedade que sabe dos seus direitos, respeita os direitos dos outros e, desta forma, alcança seu bem estar social, pois a escola é um ambiente que oportuniza vivência democrática a cidadãos em formação e também a cidadãos já constituídos em suas crenças, valores, conceitos, constituindo-se em um espaço democrático de convivência!

As diferentes opiniões e óticas sobre uma mesma situação tornarão, por vezes, essa participação democrática conflituosa, pois estará envolvendo características, interesses sociais e econômicos, estrutura social e contexto histórico de indivíduos diferentes, que Bordenave (1994, p.41) aponta como sendo através destes elementos, ora favoráveis, ora desfavoráveis, a origem da singularidade dos

processos participativos do grupo ao qual fazem, sentem e são parte. Esse sentimento se dá, pois o estado democrático e participativo oportuniza tanto a reflexão sobre conflitos, quanto o aprofundamento de ideias, desencadeando os objetivos que darão rumo ao alcance das metas que se estabelecem.

A democracia na escola se dá a partir da escolha dos seus representantes, entre eles a equipe que constituirá o Conselho Escolar e também o gestor. Estes, eleitos pela comunidade, desempenharão suas funções de mediadores entre os interesses dos cidadãos que fazem parte do grupo que constitui a escola e a administração do município ou do estado de acordo com sua mantenedora. Nessa esfera, a democracia desencadeará o processo de descentralização do poder do gestor da escola, pois o diretor contará com a ajuda de outros setores da comunidade para organizar necessidades e prioridades da escola, estabelecendo metas a serem conquistadas a partir do empenho de todos.

Através dos Conselhos de Classes Participativos e reuniões com a comunidade se estabelecerá a democracia no contexto escolar, visto que será nestas ocasiões que mais facilmente se oportunizará o diálogo transparente com a comunidade escolar.

O trabalho coletivo é exercido por um grupo, também eleito pela comunidade, assim como o gestor, neste caso o Conselho Escolar, sendo este formado por representantes de todas as esferas da comunidade escolar: pais, alunos, professores, funcionários e o próprio gestor, como membro nato. Essa equipe assumirá o papel de porta voz de todo o resto da comunidade, levando ao conhecimento do gestor anseios, desafios, necessidades e expectativas de dezenas de pessoas com um objetivo único: ter uma educação de qualidade que forma cidadãos responsáveis para a conquista de um futuro melhor.

Passar por alguns desafios faz parte do crescimento da escola que se fortalece rumo a uma instituição de qualidade que possua uma educação de qualidade. Esse é o maior combustível que motiva seus integrantes a seguir na caminhada, apoiando um ao outro, tendo a certeza de que é através do trabalho coletivo, participativo e democrático, que sonhos se tornarão realidade. Estas ideias ganham força a partir da afirmação de MEDEIROS e LUCE (2006, p.11):

A luta por mais e mais democracia, fonte inesgotável do aperfeiçoamento da convivência humana, tem na educação sua maior sustentação e por isso tem de ser valorizada como prática política e pedagógica em todas as escolas.

Frente a esta afirmação, torna-se indispensável o exercício do diálogo, sendo este o elemento fundamental da prática política e pedagógica dentro da escola.

2.2 Projeto Político Pedagógico

Partindo do princípio que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que deixa claro o trabalho que é desenvolvido na escola, sentimos a necessidade de atualizá-lo, visto que, ao longo dos três últimos anos, passamos a oferecer a modalidade da Educação Infantil em nossa escola.

A última atualização feita foi no final do ano de 2013, por solicitação da mantenedora, devido às mudanças na lei sobre a progressão continuada do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Na ocasião, sentimos a necessidade de atualizar a temática que se referia à frequência escolar, já que implicava na progressão continuada. Esses ajustes foram realizados pela equipe diretiva devido ao tempo hábil que tínhamos para sua atualização e envio para a secretaria de educação.

Atualmente, por ocasião do curso Escola de Gestores, tomamos como oportuna a atualização deste documento.

Por acreditarmos na Gestão Democrática e na riqueza que a participação da comunidade escolar (pais, professores, equipe gestora, funcionários e alunos) proporciona, é que o processo de atualização do PPP, com a inclusão da modalidade da Educação Infantil, se deu de forma coletiva, de acordo com o que diz Veiga (1998):

O PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Desta forma, o PPP trará em sua redação o planejamento das ações da escola, fruto da participação coletiva da comunidade escolar na busca da educação de qualidade que se deseja, devendo contemplar a organização escolar com suas potencialidades e dificuldades, já que, conforme Oliveira (2015, p.02) “o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar”, ou seja, deve contemplar a razão de ser da escola.

Segundo Gadotti (1994), o projeto político pedagógico é um instrumento com o qual é possível sonhar com o futuro, é planejar ações que levarão à superação ou ao alcance de objetivos definidos coletivamente.

É através do PPP que a escola garante sua autonomia.

A construção coletiva do PPP poderá se desenvolver de diferentes formas, Veiga (1998) sugere três passos como fundamentais: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

O ato situacional se refere à determinação da situação atual da escola, suas principais dificuldades e desejos. No ato conceitual, se dará a abertura para a discussão daquilo definido no ato situacional, elaborando estratégias de superação e alcance de metas. Já o ato operacional é o que se vai efetivamente fazer para atender às expectativas vivenciadas, tanto no ato situacional, quanto no conceitual, ou seja, as atividades em si que serão desenvolvidas.

Desta forma, o PPP se tornará o corpo e a alma; a identidade da escola.

2.3 Direito à Educação

É direito do ser humano o acesso à educação, não só a formal oferecida na escola, mas a educação em todos os seus âmbitos, como afirma Sérgio Haddad (2004, p.01) quando fala que “o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano”, deixando claro que a educação vai além dos muros escolares e já se faz presente na vida do cidadão desde seus primeiros instantes de vida. Sendo assim, família, trabalho, amigos, igreja e comunidade são parte deste processo educativo, desenvolvendo habilidades básicas de comportamento, convivência e normas essenciais para a sobrevivência e bem estar social.

A educação formal, que é assegurada pela Constituição Federal, garante em seu texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil 1996)

O texto da Constituição Federal trata da responsabilidade da educação formal em desenvolver as habilidades necessárias para que o sujeito envolvido tenha condições de desenvolver sua vocação humana que é a de querer “ser mais”, ou

seja, alcançar seu desejo inconsciente de superar sua condição de existência no mundo.

Tendo em vista essa competência da educação formal, debates e estudos foram desenvolvidos com vistas a uma educação de qualidade, que atenda à construção de uma cidadania participativa e à formação de sujeitos direitos, pois em meio a tantos, atos de corrupção, de impunidade, de desigualdades sociais, de discriminações, de violência e de tantos outros atos que agredem os direitos humanos, torna-se efetiva a ideia destacada por Vera Candau (2010):

Se os direitos humanos não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura de respeito aos direitos humano.

Se os cidadãos não estiverem imbuídos das ideias relativas ao respeito aos direitos humanos, estará evidente que a educação estará deixando de cumprir seu papel na formação destes sujeitos.

Com a preocupação de exercer com excelência seu papel na formação integral dos cidadãos, os debates a respeito do oferecimento de uma educação de qualidade e da expansão da oferta do sistema de ensino, levaram à construção de uma escola igual para todos na perspectiva de oferecer de forma igualitária o direito à educação.

Esse movimento fez da igualdade uma uniformização do direito à educação. Porém, a partir do ano de 1990, o reconhecimento da diversidade desestabilizou essa tendência criando várias políticas, programas e iniciativas em defesa às diferenças e às desigualdades, vislumbrando a qualidade da educação que se deseja ter: uma educação comprometida com a formação de sujeitos direitos e a afirmação da democracia, da justiça e do reconhecimento da diversidade do povo brasileiro.

Na prática, articular esses três pontos fundamentais que dizem respeito à qualidade e bem estar social, exigirá do gestor escolar paciência e comprometimento, pois os desafios serão muitos. Tornar a escola um espaço de convivência e desenvolvimento de habilidades para o convívio social, sendo autor da sua própria história, defendendo e respeitando os direitos humanos e respeitando e valorizando a diversidade será uma tarefa muito grande, tendo em vista todas as questões de desigualdades sociais e também atos de agressão aos direitos humanos existentes na sociedade atual.

Frente às ideias, discutidas é possível entender que a formação de um sujeito direito, está intimamente ligada com a formação educacional que este indivíduo tem, assim como a forma como interage com a diversidade. Uma educação de qualidade estará comprometida com a formação de cidadãos sérios que buscarão na justiça uma sociedade menos desigual.

2.4 Educação Infantil

Tendo em vista o desejo de elaborar a Proposta Pedagógica da Educação Infantil de forma democrática e, por acreditar que esta é uma maneira de garantir ao cidadão que seja agente de sua própria história, é que desenvolvemos nossas ações tendo como ponto de partida os direitos do cidadão. Acreditar que a diversidade de falas, ideias, conceitos, pontos de vista estão intimamente ligados ao sucesso da democracia, é que nos motivou a desenvolver o exercício da cidadania perante o que diz a LDB quanto à Educação Infantil, que define “esta como sendo a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Dentro desta ótica, o atendimento às crianças, a partir dos 5 anos de idade, passa a fazer parte dos compromissos educacionais da instituição em questão.

Por acreditarmos que uma educação de qualidade tem como objetivo desenvolver o educando em seus aspectos cognitivo, afetivo, social e psicomotor e, considerando as necessidades da comunidade a qual a escola atende, através da elaboração da sua identidade, é que foram conduzidos os estudos mediante os aspectos considerados como prioridade no desenvolvimento das crianças, levando em conta a elaboração democrática dessa identidade e atendendo as exigências legais quanto a esse nível de ensino.

Nessa perspectiva percebemos a criança como um sujeito que tem desejos, ideias, opiniões, capacidades de decidir, criar, inventar, manifestando-se através do corpo e de expressões como a fala e o olhar. Realidade que nos faz considerar a relação com essa criança uma possibilidade para aprender e ensinar numa relação de trocas mútuas. Trocas essas entre o professor e a criança, a criança com outra criança e a criança com o professor, todos com qualidades inatas, histórias de vida, dificuldades e comportamentos que servirão de ponto de partida para o estabelecimento de novas aprendizagens.

Nista-Piccolo (2012, p.45) diz que o “desenvolvimento humano é resultado de uma diversidade de acontecimentos ao longo da vida” e, na Educação Infantil, o desenvolvimento da criança estará intimamente relacionado às suas vivências escolares e familiares, sendo através de atividades lúdicas e brincadeiras, que se estabelecerão as primeiras ideias de lealdade, honestidade, cooperação, participação e responsabilidade no desenvolvimento integral deste cidadão em formação. Além disso, para Vygostsky (1994), é através do brincar que ocorre a aprendizagem de regras, pois; ao criar situações imaginárias, a criança faz uso das regras que vivencia na vida real e, desta forma, faz um ensaio da vida real através do ato de brincar, que vai além do aprender, já que proporciona prazer.

Sendo assim, as turmas de educação infantil da nossa escola estarão organizadas de acordo com o que estabelece o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96:

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (LDBEN, 1996)

A educação infantil é um direito assegurado, de acordo com o texto da Resolução Nº 5/2009, do Conselho Nacional de Educação – CNE, em seu artigo nº 5 que diz:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. (CNE, 2009)

Esse direito garante o acesso das crianças entre 4 e 5 anos nas escolas, podendo estas desfrutar das possibilidades educativas oferecidas no ambiente escolar.

Muito mais que um direito de frequentar a escola, as crianças da Educação Infantil têm o direito de serem educadas e cuidadas, pois, de acordo com Salles, “o ato de educar deve estar associado ao ato de cuidar” (SALLES, 2012, p. 67), porque na Educação Infantil a ideia de cuidar, que significa propiciar bem-estar, segurança, saúde, higiene e acolhimento, se funde à ideia de educar, que faz referência a valores que favorecerão o crescimento pessoal e integral do aluno para a transformação do seu meio físico e social. Neste sentido, a escola é um espaço para a construção dos direitos humanos dando ênfase aos valores e princípios da educação em caráter coletivo, democrático e participativo, garantindo um ambiente acolhedor de entendimento e respeito à diversidade cultural, tendo como responsabilidade o desenvolvimento da cidadania.

Atendendo à necessidade de se educar e cuidar dos alunos que frequentarão a Educação Infantil, entenderemos estes como o centro do planejamento curricular, articulando as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do mundo social e natural, das linguagens e das artes e da matemática, promovendo, assim, o desenvolvimento integral deste educando.

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (CNE, 2009)

Considerando a mesma ótica do artigo nº8 da resolução nº5 do CNE, propomos a metodologia dos projetos, que valoriza o desejo e a curiosidade sobre diferentes assuntos que serão sugeridos pelos alunos, pois, segundo Freidmann (2012, p.44), a educação precisa desenvolver a criança como um todo, de forma dinâmica, atendendo os conteúdos gerais das crianças, seus interesses e necessidades, além de desafiar sua inteligência. Ficará também assegurada a importância do brincar como forma das crianças apreenderem o mundo e

apropriarem-se dos conhecimentos, interagindo com os objetos e os indivíduos envolvidos no processo através de atividades lúdicas na construção de novas aprendizagens, pois

Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. (PARECER 20/2009 – CNE).

O brincar espontâneo facilita o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da experimentação, além da pesquisa e da aquisição de aprendizagens significativas em que a experiência real e lúdica se funde na solução de problemas imaginários.

As práticas pedagógicas deverão articular as experiências e os saberes dos alunos com os princípios éticos, políticos e estéticos, além da brincadeira de acordo com o artigo nº9 da resolução nº5/2009 do CNE, que nos diz:

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;

VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências. (CNE, 2009).

De acordo com as ideias de Hoffmann (2001), no que se refere à avaliação, esta deverá ter um caráter observador e diário sobre todas as atividades pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, pois será através da continuidade deste processo que se fomentará novas aprendizagens baseadas naquelas já construídas e também em aspectos relevantes dentro do desenvolvimento integral da criança.

Tendo em vista as ideias de Hoffmann (2001), podemos conceber como instrumento avaliativo e de acompanhamento do trabalho pedagógico realizado na Educação Infantil a montagem de portfólio, contendo o registro das atividades mais significativas desenvolvidas no período de um trimestre. Este registro poderá conter relatos escritos, atividades em folhas, fotografias e outros. Além do portfólio, poderá ser elaborado um parecer descritivo, relatando os progressos e conquistas alcançadas pela criança neste período, assim como a anotação de outros fatos relevantes desse processo, dando atenção a alguns critérios sugeridos nos parágrafos III e IV, do artigo 10, da resolução 5/2009 – CNE, que afirma:

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; (CNE, 2009)

Com isso sugere-se que os profissionais professores, responsáveis por mediar e orientar as ações pedagógicas que envolverão as turmas de Educação Infantil conheçam e façam uso de:

- Práticas pedagógicas que favoreçam a vivência de experiências como: alimentar-se, vestir-se, higienizar-se, cuidar-se de perigos;
- Combate ao racismo e outras discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas;
- Olhar acolhedor às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;
- Conhecimento das fases do desenvolvimento humano, como forma de compreender comportamentos e dificuldades dos alunos;

- Inovação em suas práticas pedagógicas, buscando adequar aprendizagens e significados;
- Exploração dos potenciais de cada criança, traçando caminhos que levem os alunos a aprendizagens significativas;
- Criatividade na busca de diferentes situações de aprendizagem.

Desta forma, será garantida à criança desta etapa do ensino os processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, além de atender aos direitos de proteção à saúde, liberdade, confiança, respeito, dignidade, brincadeira, convivência e interação com outras crianças tão importantes ao desenvolvimento pleno dessa faixa etária.

3 METODOLOGIA

A escola é uma instituição que está em constante movimento, que vai do acolhimento da diversidade cultural dos seus frequentadores à busca incessante de novos métodos e técnicas que possam não só atender as necessidades dos educandos, mas também as expectativas de seus familiares.

Nesse movimento, aprimorar a prática pedagógica da escola passa a ser instrumento de constante pesquisa de todos os envolvidos na instituição. Nesse sentido, a revisão o Projeto Político Pedagógico, periodicamente, torna-se necessário para que a escola mantenha sua identidade fazendo os ajustes atualizações pertinentes, conforme diz Veiga (2013, pg. 159), quando cita que o Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola, visto que esse documento orienta as ações pedagógicas que na escola serão adotadas e desenvolvidas.

Ao realizar esta revisão, foi observada a carência das orientações pedagógicas que dariam à Educação Infantil “a cara da escola”. Sendo assim, julgou-se apropriado o estudo e a construção da Proposta Pedagógica da Educação Infantil.

Diante dessa realidade, partimos da análise do marco situacional da educação Infantil da nossa escola, que atualmente presta o atendimento a 40 crianças distribuídas nos dois turnos de aula. Além disso, consideramos a existência de uma fila de espera de aproximadamente 50 crianças, cujas famílias estas que acreditam no trabalho que é desenvolvido na escola e, por essa razão, insistem em aguardar a tão desejada vaga. E, por fim, foi considerado o que prevê a LDB, quanto à obrigatoriedade do atendimento das crianças a contar dos seus quatro anos, já que legalmente a escola não contempla essa etapa de ensino em Projeto Político Pedagógico.

Tendo em vista toda essa reflexão e também o entendimento que a escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e, por acreditar na eficiência da socialização do poder da escola, numa ação de participação coletiva, solidária e recíproca de autonomia, é que se reafirma a necessidade da presença de uma gestão democrática, pois esse é um dos caminhos segundo Veiga (2013, pg. 162) para a construção de processos participativos, em que problematizará ações já instituídas ou ainda em fase de construção, como no caso da Proposta Pedagógica da Educação Infantil. Essas ideias favorecerão novas formas de convívio escolar, permitindo a formação de pessoas comprometidas com as ações que visarão uma sociedade mais justa, agregando indivíduos a este

processo que, por muitos anos, foi de responsabilidade e domínio dos gestores da escola.

Dentro dessa ótica da gestão democrática e, por entender essa dinâmica vivenciada no cotidiano da escola, é que optamos por usar a metodologia da pesquisa-ação que atenderá de forma mais qualificada esta proposta de construção coletiva da Proposta Pedagógica da Educação Infantil.

Entre os objetivos da metodologia da pesquisa-ação, Richardson (2014) destaca:

A pesquisa ação procura a mudança, mas, uma mudança para melhorar. Assim, os seus principais objetivos são: 1. Melhorar: a prática dos participantes; a sua compreensão dessa prática; e a situação onde se produz a prática. 2. Envolver: assegurar a participação dos integrantes do processo. Assegurar a organização democrática da ação. Propiciar compromisso dos participantes com a mudança. (RICHARDSON, 2014, p.3).

Com o alcance desses objetivos, o grupo envolvido na elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil estará atendendo ao desejo da escola de realizar uma construção coletiva e democrática, em que os princípios e práticas dialógicas, participativas e transformadoras ganham espaço, voz e corresponsabilidade nos resultados que se alcançará.

Partindo da ideia de Franco (2005, pg. 485 e 487), que tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática e que, além disso, o pesquisador deve assumir constantemente os dois papéis complementares: de pesquisador e de participante do grupo, e que é essa a intenção do movimento proposto, vislumbra-se, assim, um horizonte de possibilidades que as diferentes habilidades, intenções e visões de mundo trarão para o enriquecimento das discussões e estudos que serão desenvolvidos nesta dinâmica.

Nesse sentido, busca envolver representantes de todos os segmentos da escola que estejam dispostos a discutir os temas acerca da elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil através de reuniões envolvendo a equipe diretiva, o Conselho Escolar, os professores, os funcionários e os pais, para estudar e discutir essa temática, que, de acordo com Tripp (2005, pg. 447), dará importância tanto para as ações práticas, como para as ações de pesquisa. Isso possibilitará a análise das práticas, pedagógicas que já estão sendo desenvolvidas, avaliando profundamente a adequação dessas ações ao proposto no Projeto Político

Pedagógico da escola; as necessidades de adequação e mudança, assim como a participação de cada indivíduo presente no processo pedagógico da Educação Infantil. A pesquisa teórica servirá para fundamentar aquilo que o grupo de pesquisadores julgarem estar de acordo com a identidade da escola, considerando a legislação vigente e também a diversidade representada por esse grupo, que representa toda a comunidade escolar, sendo porta voz de suas crenças e desejos, julgando aquilo que considera melhor para o desenvolvimento infantil.

A metodologia da pesquisa-ação sugere alguns passos que orientarão a dinâmica. Esses passos são claramente citados por Franco (2005, pg. 487) quando diz que a pesquisa-ação é um processo espiral que envolve três fases: planejamento, com o reconhecimento da situação; tomada de decisões e encontro de fatos sobre os resultados da ação.

Assim, nosso processo consistirá em planejar o que desejamos incorporar à Proposta Pedagógica da Educação Infantil, partindo daquilo que é realizado atualmente. Na sequência pretendemos determinar os aspectos que precisam ser revistos, os considerados adequados e também queremos elencar aqueles que precisarão ser adotados, sugerindo as fontes de pesquisa teórica em que buscaremos apoio. Buscamos, ainda, especificar a forma de organização do grupo envolvido e, por fim, analisar o resultado de todo esse movimento de formação que, com certeza, será expresso através da redação da Proposta Pedagógica da Educação Infantil. Proposta que terá a identidade da escola e a ideia de transformação da realidade defendida por essa metodologia de pesquisa e seus adeptos.

4 AÇÕES ANALISADAS

A surpresa de sentir-se parte de um processo de mudança que envolve o rumo da educação infantil de uma escola, foi muito bem expressa pelos rostos dos membros do Conselho Escolar de nossa escola, os primeiros a serem informados, depois da direção, da intenção de incluir essa modalidade de ensino e sua proposta pedagógica no Projeto Político Pedagógico.

É sabido que, na maioria das vezes, o Conselho Escolar desenvolve atividades que objetivam planejar e fiscalizar as ações financeiras da escola, visto que essas são dinâmicas e essenciais ao seu andamento. Mas é sabido, também, que os membros do Conselho Escolar precisam envolver-se e inteirar-se das demandas pedagógicas e normativas como a atualização do PPP. Caso da nossa escola que, de acordo com o que Silva e Flores (2014), dentro de uma visão democrática de gestão, deve-se investir na superação das discriminações, na redução das desigualdades sociais, valorizando a diversidade através da participação da comunidade escolar na elaboração deste projeto, que garanta o atendimento ao direito à cidadania.

Apesar da surpresa, a intenção levada ao conhecimento deste órgão que está e trabalha junto à escola, foi bem aceita, apesar de algumas observações que diziam respeito à insegurança dos representantes da comunidade em envolver-se num assunto “tão delicado”, termo usado por um dos envolvidos na reunião de apresentação da proposta.

Passado o susto, partiu-se para a escuta, a fim de saber que o que definiam como “tão delicados” era o envolver-se num processo de elaboração e atualização do PPP. Então se procurou acalmar o grupo e, ao mesmo tempo, motivá-lo, buscando responder ou pelo menos tentar esclarecer suas dúvidas, que, em parte, relacionavam-se à ideia de não serem preparados, os pais e os funcionários, para discutir educação, ainda mais em se tratando de uma proposta pedagógica que vai num documento tão importante para a escola. Apesar desse sentimento de despreparo manifestado inicialmente, foi o comprometimento do grupo que, de forma dialogal e participativa, levou adiante o compromisso com a elaboração da proposta pedagógica da Educação Infantil, valorizando a qualidade da educação que se desejou para esses pequenos cidadãos, pois é dentro do seu mundinho e das atividades que desenvolvem que manifestam o futuro de uma sociedade mais compromissada.

Assim, instruímos os membros do Conselho Escolar a fazer a escuta da comunidade através de perguntas norteadoras como: “Pra que serve a educação infantil na escola?, O que consideras mais importante para uma criança que está na educação infantil?, Na educação infantil precisa aprender ou só brincar?, O que tu esperas do professor da educação infantil?, Tu gostarias de ser informado sobre o desenvolvimento do teu filho na educação infantil de que forma?”. A opção de iniciar o trabalho de coleta de informações através da escuta da comunidade se desenhou durante os encontros entre a equipe diretiva e o conselho escolar, enquanto eram informados das intenções de atualização do PPP da escola.

Para a fase de escuta, disponibilizamos um período de aproximadamente um mês, pois o desejo era coletar opiniões do maior número possível de pais, alunos, professores e funcionários. É claro que as conversas, envolvendo os funcionários e os professores, deu-se num prazo bem menor e, em relação aos alunos, foi necessário lançar-se a desenhos, escrita, bate-papos, além da adequação da linguagem para que cada nível de ensino pudesse expressar suas ideias e serem compreendidos. A escuta dos pais se deu em três momentos distintos. O primeiro, durante a Reunião de Avaliação Institucional, realizada em dezembro de 2014, na qual foi exposta para a comunidade a necessidade de atualizar o PPP da escola, apresentada à equipe que estaria diretamente envolvida: os representantes do Conselho Escolar e Equipe Diretiva, além da sensibilização da importância da participação de todos neste processo.

Um segundo momento, o de escuta propriamente dito, aconteceu em março de 2015, na Reunião de Início de Ano, momento em que os pais foram entrevistados com base nas perguntas acima citadas. A coleta de dados não se concluiu nesta data, pois o grupo considerou que o número de participantes foi abaixo do esperado, então os pais que fazem parte do Conselho Escolar colocaram-se à disposição para continuar a coleta de dados. A equipe diretiva comprometeu-se em realizar a escuta com os professores, funcionários e alunos e, para essa etapa, foi determinado o período de um mês.

Confesso que, como vice-diretora da escola, minha maior expectativa era o levantamento que viria dos pais. Saber da aceitação em participar deste processo e, ao mesmo tempo, o que eles esperavam da educação infantil da escola, gerava em mim muita ansiedade, pois essa modalidade de ensino, apesar de ainda não constar

no PPP, já vinha sendo desenvolvida há três anos, logo esse levantamento também era uma espécie de avaliação daquilo que vínhamos fazendo.

Tendo em mãos os resultados desta fase que chamamos de escuta, passamos a transformar esses resultados em conteúdo para o estudo bibliográfico que serviria de amparo para os desejos relatados nesta fase. Partimos então para a leitura de diferentes autores, artigos, documentos normativos que pudessem, além de dar o amparo que buscávamos nos encaminhar a novas reflexões, trazer ideias e verdades ainda não levantadas.

A cada encontro do grupo gestor e do Conselho Escolar nos dedicamos a um aspecto que nortearia a proposta pedagógica da educação infantil, que foi tomando forma, foi ganhando a confiança dos envolvidos e motivou o grupo para mais estudos que envolviam o tema.

Nem sempre foi fácil ter o grupo de pesquisa como um todo. Houve ocasiões em que a ausência de pessoas prejudicou o andamento do trabalho que, apesar de lento, não deixou de acontecer. Também outras demandas da escola influenciaram neste processo, pois atividades festivas, prestações de contas, elaboração de plano de aplicação de verbas, entre outros, não deixaram de acontecer neste período.

É fato que todo o processo de elaboração da proposta pedagógica da educação infantil de nossa escola aconteceu de forma participativa em que “os cidadãos, aos sentirem-se fazendo parte de um grupo social, têm parte real na sua condução e por isso tomam parte na infundável construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte”. (MEDEIROS e LUCE, 2006 , p.03)

Sentindo-se parte da escola e responsável por seus rumos, a comunidade escolar, representada pelo Conselho Escolar, voltou-se ao exercício da negociação de conflitos e ao aprofundamento de estratégias que viabilizariam o alcance dos objetivos que se lançaram na dinâmica da escola e na superação dos desafios que se fizeram presentes nesta trajetória.

A gestão democrática, segundo Santos (2000), “não é um movimento concluído, aliás, sua natureza é ser um movimento sem fim”, pois os desafios e desejos não se encerram com a aprovação da proposta pedagógica pela Secretaria Municipal de Educação. O encantamento, a riqueza e a aproximação que ficaram como resultados deste trabalho possibilitarão outros mais.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Quando parei para elaborar este TCC percebi todo o envolvimento e investimento que gerou este processo de gestão democrática.

Muito além de elaborar uma proposta pedagógica foram os resultados deste trabalho. A aproximação da comunidade, a vontade de fazer melhor, o colocar-se à disposição da escola, o desejo de expor aquilo que se pensa, o constante movimento dialógico que se estabeleceu foram os resultados que julguei como mais significativos.

Surpreendeu-me a participação ativa dos pais e dos funcionários que fazem a representatividade destes dois grupos no Conselho Escolar, quando falavam deste assunto “tão delicado” com firmeza, propriedade e seriedade. Quando, em suas falas, traziam o desejo de contribuir na formação dos pequenos, a responsabilidade em atender à legislação sem perder de vistas o que julgavam próprio para a educação infantil. Foi neste momento que pude avaliar o quanto o curso Escola de Gestores foi importante para a condução deste movimento democrático, primeiro por ter oferecido o suporte teórico e metodológico que facilitou a orientação das ações e estudos necessários para que esse movimento se caracterizasse como democrático e, também, por ter desafiado nós, gestores, a praticar a gestão democrática no cotidiano escolar, dividindo responsabilidades e descentralizando o trabalho, além de promover a participação dos principais interessados com a qualidade da escola: sua comunidade.

Assim, cabe ressaltar que gestão democrática é uma corrente com inúmeros elos. São eles os pais, os alunos, os professores, os funcionários, que se unem num único objetivo: tornar a escola e a educação de qualidade; com um mesmo objetivo, então, por que não se ajudar? Permitir-se a partilhar opiniões, estabelecendo uma convivência diferente com seus amigos e vizinhos, deixando de lado assuntos do cotidiano para dar espaço a uma conversa pautada num interesse maior, fez do grupo de pais fiéis agentes de coleta de dados, servindo de porta voz para a comunidade em geral.

Ouvir nossos professores, saber do posicionamento de quem convive com a educação infantil e, ao mesmo tempo, saber da opinião daqueles que seguem o trabalho que é iniciado nesta etapa de ensino, enriqueceu nossos encontros. Saber das angústias e dos limites impostos pelo cotidiano da sala de aula da educação

infantil e juntos pensarmos nas possíveis estratégias de superação, fez com que todos fôssemos um!

Manter contato com os alunos que, das mais diferentes formas, expressaram a alegria de estar na escola e o quanto valorizam este espaço, motivou e fortaleceu o grupo de pesquisadores envolvidos nesta tarefa.

Foi gratificante estar entre merendeiras, donas de casa, mecânicos, enfermeiras, vigias, motoristas, secretários, professores, estudantes... uns ouvindo, outros falando e todos aprendendo. Trocando. Expressando. Contestando. Pesquisando. Exercitando a cidadania e fazendo democracia com as próprias mãos.

Refletir sobre a teoria e a prática deixou clara a distância entre uma e outra, visto o quanto esta é um movimento lento, pois no diagnóstico atual da Educação Infantil do nosso município, consta o Programa Municipal de Educação Infantil (PMEI) que prevê o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em instituições conveniadas, cabendo à secretaria de educação a manutenção das vagas e à orientação pedagógica as atividades nelas praticadas. Também existe o Projeto Recrear, que se refere ao atendimento de crianças entre 4 e 6 anos, em turno parcial, através de convênio com entidades da sociedade civil. Nestas duas iniciativas, o alcance é de 995 crianças atendidas entre 0 e 5 anos, quando a necessidade do município aponta o total de 5387 vagas para crianças de 0 à 3 anos e de 4830 vagas para o atendimento de crianças de 4 e 5 anos, dados estes levantados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Para o alcance desta demanda, foi ampliada a oferta de Educação Infantil pré-escolar nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, além da construção de 15 escolas de Educação Infantil que, atualmente, encontram-se em fase de cadastramento dos projetos arquitetônicos, ou seja, ainda há um longo caminho a ser trilhado para o atendimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, que prevê:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (PNE)

O Município de Alvorada, em seu Plano Municipal de Educação, elencou algumas estratégias que visam alcançar o proposto na meta 1 do PNE, além de

qualificar os espaços de atendimento das crianças da Educação Infantil. Dentre as estratégias, destacam-se:

Estratégia 2: Construir escolas de Educação Infantil em terrenos com dominialidade, com estrutura adequada, bem como a observância das normas legais e de acessibilidade, priorizando terrenos com alta densidade populacional e/ou expansão imobiliária em que exista demanda desta faixa etária;

Estratégia 3: Equipar escolas públicas municipais com mobiliário, brinquedos, jogos, materiais pedagógicos, livros, materiais esportivos e etc, adequados a cada faixa etária e as necessidades educacionais existentes. (PME de Alvorada, 2015)

Outras estratégias estão presentes no PME do município, porém estas duas citadas já são exemplo de como o movimento para o atendimento do previsto no PNE e, por consequência, no PME é lento, pois assim como a construção das escolas de Educação Infantil ainda não teve suas obras iniciadas como já referido, a adaptação das escolas municipais ainda não se deu por completo. Apesar do mobiliário e brinquedos já estarem à disposição para o uso, ainda existem alguns detalhes não atendidos, como a adaptação dos banheiros e a criação de espaços de lazer e recreação das crianças (pracinha).

O movimento de reflexão e estudo que se estabeleceu com a proposta de atualização do PPP, trouxe a conhecimento público as reais condições nas quais se encontra nosso município frente ao proposto para a educação infantil e, desta forma, o entendimento das limitações presentes no cotidiano das comunidades e das escolas. O desafio da superação destas limitações se fará através de uma ação conjunta da administração do município, através do emprego das verbas destinadas para este fim e da agilidade dos processos burocráticos que envolvem estas demandas, além da sociedade civil, através da cobrança dos seus direitos e da fiscalização do andamento destes projetos.

Ao avaliar todo o trabalho que se desenrolou neste período, que teve início em dezembro de 2014, foi possível perceber que, ao propor a inclusão da Educação Infantil no PPP da escola através da sua atualização e, ao mobilizar os participantes quanto à importância deste processo, houve o estreitamento das relações, a confiança entre os envolvidos e a participação responsável, superando as expectativas iniciais que eram pessimistas em relação à proposta de gestão democrática.

Fazer gestão democrática não foi fácil. Não se ouviu só o que se desejava ouvir. Não se fez só o que se desejava fazer. Não é só aquilo que tu acreditas que

vale, mas é o conjunto. Foram diferentes interpretações sobre um mesmo assunto que enriqueceram as reuniões, os debates e os estudos que, muitas vezes, geraram desconforto, dúvidas e até uma sensação de que não se alcançaria o objetivo.

Gestão democrática é o fruto das várias falas, das várias escutas, dos vários desejos, das várias crenças. Gestão democrática se aprende fazendo. Gestão democrática é oportunizar que a comunidade que faz parte da escola se sinta e haja como parte da escola.

O próximo passo será a aprovação do PPP atualizado pela Secretaria Municipal de Educação e, então, dar início a outros processos democráticos como as reflexões acerca da avaliação escolar, assunto que gera dúvidas e insegurança sempre que discutido, a organização das oficinas oferecidas nos projetos Mais Educação e Escola Aberta, buscando aliar cada vez mais os interesses de pais, alunos, professores e funcionários.

6 REFERÊNCIAS

BORDANAVE, J. **O que é participação**. 8ª Ed. São Paulo: Braziliense, 1994

COSTA, Marisa Vorraber (org.), Antonio Flávio Moreira, Dagmar Estermann Meyer, Guacira Lopes Louro, Alfredo Veiga-Neto, Rosa Hessel Silveira, Maria Lúcia Wortmann, Ireno Antonio Berticelli. **O Currículo nos Linceares do Contemporâneo**. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora DP&A. 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Um campo de atuação do gestor educacional na escola**.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na Educação Infantil: Observação, adequação e inclusão**. São Paulo, 1ª edição, Editora Moderna. 2012.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

GADOTTI, Moacir e José E. Romão (org.). **Autonomia da Escola Princípios e Propostas**, São Paulo, 4ª edição, Editora Cortez. 2001.

GANDIN, Adriana; GANDIN, Danilo. Gestão Democrática e Planejamento Participativo. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação à distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. – Porto Alegre: Mediação, 2001.

<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>, acesso em 20/02/2015.

<http://revistaescola.abril.com.br/imprima-essa-pagina.shtml?http://revista>, acesso em 05/05/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm, acesso em 20/02/2015.

<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/55035/jean-piaget-e-as-fases-do-desenvolvimento-infantil>, acesso em 20/02/2015.

[http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/mod/resource/view.php?id=12192&subdir=/Sala II - PPGE/Textos Unidade 3](http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/mod/resource/view.php?id=12192&subdir=/Sala%20II%20-%20PPGE/Textos%20Unidade%203). Acesso em 12 de outubro de 2015.

[http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Biblioteca_Geral/Sala V - _FDE/Material_para_FDE_-_temas_3_/METAS_PNE.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Biblioteca_Geral/Sala_V_-_FDE/Material_para_FDE_-_temas_3_/METAS_PNE.pdf) acesso em 31/10/2015.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de e LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**. 2006.

NISTA-PICCOLO, Vilma Lení e MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo em Movimento na Educação Infantil**. São Paulo, 1ª edição, Telos Editora, 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA. Texto disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/mod/resource/view.php?id=12192&subdir=/Sala II - PPGE/Textos Unidade 3](http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/mod/resource/view.php?id=12192&subdir=/Sala%20II%20-%20PPGE/Textos%20Unidade%203). Acesso em 12 de outubro de 2015.

Plano Municipal de Educação de Alvorada 2015 – 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** Disponível em <http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=

12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2014.

SALLES, Fátima e Vitória Farias. **Currículo na Educação Infantil. Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** São Paulo, 2ª edição, editora Ática. 2012.

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Gomes da e FLORES, Maria Luiza Rodrigues Org. **Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Evangraf, 2014.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico** . Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola.** Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.